

ID: 62A7278E29584



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2023 – PMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2023**

1. PREÂMBULO:

O Município de Altos, Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público interno, torna público que realizará Licitação na modalidade **CHAMAMENTO PÚBLICO**, a título precário, visando a **Permissão de Uso Gratuito e Precário** dos imóveis descritos no item "4" do presente Edital, de acordo com o que determina a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei Complementar nº. 123, de 14 de Dezembro de 2.006 e alterações, Art. 10, Inciso XII, Art. 91, alínea 'g', Art. 101, Art. 102 caput e §3º, bem como Art. 106, todos da Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais e regulamentares municipais aplicáveis, observando-se igualmente as cláusulas e condições deste ato convocatório.

2. DA RETIRADA DO EDITAL:

O presente Edital ficará à disposição dos interessados na Diretoria de Licitações e Contratos, no prédio sede da Prefeitura do Município de Altos/PI., localizado no Centro Administrativo de Altos/PI, Av. Nossa Senhora de Fátima, Bairro São Sebastião, no sítio eletrônico www.Altos.PI.gov.br ou mediante solicitação via e-mail, através do endereço eletrônico cpaltospi2021@gmail.com.

**3. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES
"DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇO":**

LOCAL: Sala de Licitações/Diretoria de Licitações e Contratos, Centro Administrativo de Altos/PI, Av. Nossa Senhora de Fátima, Bairro São Sebastião.

PRAZO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: 31 DE AGOSTO A 14 DE SETEMBRO.
DATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO: 15 DE SETEMBRO DE 2023.
HORÁRIO: 09H40MIN (nove horas e quarenta minutos).

3.1. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e a abertura dos envelopes serão realizadas no primeiro dia útil que se seguir, caso não haja determinação em contrário.

3.2. Os envelopes contendo a documentação e as Intenções de Credenciamento não precisam ser entregues pessoalmente pelas proponentes Licitantes interessadas em participar do certame, admitindo-se o seu encaminhamento via Correio ou outro meio similar de entrega, atendendo-se para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital.

1



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

3.3. O Município de Altos/PI não se responsabilizará por documentação e proposta que, eventualmente, não chegue em hora e local determinados neste Edital.

4. DO OBJETO:

4.1. A presente licitação tem por objeto a seleção de Intenções de Credenciamento visando à **Permissão de Direito Real de Uso Gratuito, para exploração comercial dos espaços físicos (quiosques) da Praça Cicero Santos (Praça da Estação Rodoviária de Passageiros) do Município de Altos/PI**, conforme especificações e exigências descritas no Edital e seus Anexos, mediante condições estabelecidas na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, assim como na legislação municipal e demais documentos integrantes do Edital.

4.2. Os espaços a serem concedidos estão individualizados em 8 (oito) lotes, possuindo as seguintes descrições:

Tipo	Tamanho - m ²	Atividade	Und.
Quiosque nº 01	8,75 m ²	Vendas de passagens	01
Quiosque nº 02	8,75 m ²	Farmácia	01
Quiosque nº 03	8,75 m ²	Armarinho (variedades)	01
Quiosque nº 04	8,75 m ²	Loja de Vestuário	01
Quiosque nº 05	8,75 m ²	Restaurante	01
Quiosque nº 06	8,75 m ²	Lanchonete	01
Quiosque nº 07	8,75 m ²	Venda de Produtos Artesanais	01
Quiosque nº 08	8,75 m ²	Venda de Produtos Artesanais	01

4.3. A Permissão de Direito Real de Uso será feita em caráter gratuito, efetivada mediante outorga por Decreto do Prefeito, nos moldes da Lei Federal nº. 8.666/93 e na autorização descrita pela Lei Orgânica Municipal em seu art. 106.

4.4. Somente poderão ser exercidas no local as atividades autorizadas de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, na Lei Federal nº. 8.666/93, da Lei e demais normas legais aplicáveis.

2



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

4.5. Não será admitido o exercício de atividades comerciais consideradas inconvenientes, sendo vedada, dentro de seus espaços, a comercialização de:

a) Produtos combustíveis, tóxicos, corrosivos, explosivos ou inflamáveis, para venda ou consumo próprio;

b) Produtos que venham a provocar poluição ambiental, causada por odor, sujeira ou por qualquer outra forma indireta;

c) Gêneros alimentícios perecíveis, de consumo não imediato, a não ser quando necessários ao desempenho das atividades e desde que existam instalações e equipamentos adequados à sua conservação.

4.6. As áreas concedidas não possuem nenhum equipamento instalado, a não ser os necessários para o funcionamento mínimo dos estabelecimentos, devendo as proponentes Licitantes declaradas vencedoras dos Lotes, às suas custas, providenciar as instalações e mobílias necessárias para o funcionamento dos estabelecimentos.

4.6.1. As mobílias, eletrodomésticos, equipamentos, aparelhagem e demais itens que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento do estabelecimento comercial deverão ser novos ou semi novos.

4.7. Caberá às Permissionárias manterem os estabelecimentos e as áreas circunvizinhas com boa aparência e conservação.

4.8. Eventuais alterações do espaço destinado à exploração dos serviços, somente serão permitidas mediante a anuência escrita do Poder Executivo, após a apresentação do respectivo projeto.

4.9. Caberá às Permissionárias manterem a limpeza geral, assim como também manter a limpeza interna e externa do estabelecimento, realizando coleta diária dos resíduos dos produtos comercializados, os quais deverão ser descartados em local apropriado para tanto.

4.10. Caberá à Permissionária não permitir a amostragem, junto ao estabelecimento, de qualquer objeto inadequado e considerado de mau aspecto, tais como caixas, recipientes, engradados, cestos de lixo fora do padrão, produtos não autorizados à sua comercialização e outros materiais que, a critério da fiscalização, comprometam a boa estética e a aparência visual.

4.11. Caberá à Permissionária a disponibilização de lixeiras nas proximidades do estabelecimento.

4.12. Caberá à Permissionária proceder a ligação de energia elétrica e água em seu nome, ficando a seu cargo o pagamento de taxas de ligação e tarifas mensais de consumo.

3



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

4.13. A Permissionária não poderá sublocar ou transferir a terceiros o objeto da presente Permissão sem anuência expressa do Poder Permitente.

4.14. Os interessados poderão vistoriar o local que se situa o imóvel de seu interesse, com agendamento prévio a ser realizada junto à Secretaria Municipal de Administração, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias anteriores à abertura do Envelope nº 01 – Habilitação.

4.15. Todos os custos associados com a visita ao local serão arcados integralmente pela própria proponente Licitante.

5. DO PREÇO MÍNIMO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. O valor mínimo a ser pago mensalmente pela permissão será de:

5.1.1. Ordem gratuita.

6. DO PRAZO DE PERMISSÃO:

6.1. A Permissão de Direito Real de Uso será concedida pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo o prazo ser prorrogado por interesse da Administração, na forma da Lei Federal nº. 8.666/1993 e Lei Orgânica Municipal.

6.2. A Permissão de Direito Real de Uso poderá ser extinta a qualquer tempo e os imóveis revertidos ao Município permitente, após constatação em processo administrativo devidamente instaurado, de que não foi dado o uso prometido ou houve desvio de sua finalidade legislativa ou contratual, independentemente de quaisquer indenizações por construção executada, material ou serviços aplicados.

6.3. As atividades nos locais concedidos deverão ser iniciadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação formal pelo Permitente.

7. DA REVERSÃO:

7.1. Os imóveis concedidos reverterão de pleno direito ao Poder Público Municipal, na ocorrência de quaisquer dos fatos a seguir mencionados:

a) não utilização em conformidade com a sua finalidade;
b) atraso não justificado do início da atividade no prazo ajustado;
c) extinção ou falência da proponente.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

8.1. Poderão participar deste Chamamento Público:

a) Pessoa Física;

4

(Continua na página seguinte)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

b) Empresas que desenvolvam atividades pertinentes ao ramo destinado para cada lote e que satisfaçam integralmente as condições exigidas neste Edital;

c) Empresas enquadradas nos termos do art. 3º Lei Complementar n.º 123/2006 e que atendam todas as exigências do presente Edital e seus anexos.

8.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Empresa em regime de subcontratação ou em consórcio;
b) Empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

c) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta;

d) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta;

e) Empresa cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam parentes que atuem na área responsável pela demanda ou Contrato, autoridade a ele hierarquicamente superior, dos membros efetivos ou substitutos da Comissão Especial de Licitação;

8.3. Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal cabíveis, conforme legislação vigente.

8.4. Uma mesma empresa não poderá habilitar-se e apresentar Intenção de Credenciamento para mais de um dos Lotes descritos no item 4.2. do Edital.

8.5. A empresa ou Pessoa Física que apresentar a Declaração indicada no Anexo X, terá direito de preferência no Credenciamento para futura permissão.

9. DA FORMA E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

9.1. O Representante Legal da Permissionária deverá apresentar 01 (um) envelope, contendo a **Documentação de Habilitação, e em conjunto aos documentos deverá apresentar a Intenção de Credenciamento** (modelo anexo VI), na data, hora e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, fechados e rubricados no fecho externo, contendo na sua parte frontal os seguintes dizeres:

Envelope nº 01 –
Habilitação Proponente:
.....
Chamada Pública n.º .../....
CONDIÇÃO ESPECIAL: informar se micro ou

5



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

ii) Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores. Se o último aditivo não for consolidado, deverá ser apresentada também a última alteração consolidada (se houver), na qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

iii) Sociedades Anônimas: ato constitutivo em vigor, representado pelo estatuto e ata da assembleia geral e respectivas alterações, devidamente registradas, acompanhados de documentos da eleição da atual administração;

iv) Sociedades Cíveis: ato constitutivo em vigor (estatuto e ata de assembleia geral ou contrato social), devidamente registrado, acompanhado de comprovação da diretoria em exercício;

v) Sociedades estrangeiras em funcionamento no País: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento no País expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.1.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Proponente Licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991;

e) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;

f) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante;

g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CND, comprovando a regularidade da empresa perante a Justiça do Trabalho.

7



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

9.2. A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o fixado neste Edital, não sendo admitido atraso, mesmo que involuntário.

9.3. Após a entrega dos envelopes, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Especial de Licitação nomeada para o recebimento e julgamento, importando em aplicação das sanções cabíveis.

10. DA HABILITAÇÃO:

10.1. A habilitação das proponentes Licitantes far-se-á mediante a apresentação dos documentos a seguir, entregues de forma ordenada e numerados, preferencialmente, de modo a permitir maior rapidez na conferência e exame pertinentes, devidamente acondicionados no Envelope nº 01 – Habilitação.

10.1.1. GRUPO INFORMAL:

**Prefeitura Municipal de Altos/PI
Documentos para Habilitação – GRUPO INFORMAL
Chamada Pública Nº. 001/2023.**

10.1.1.1. Os licitantes deverão apresentar os documentos abaixo enumerados, sob pena de inabilitação:

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Documento de identidade com Foto (RG, Carteira de Habilitação, ...)
- Comprovante de Residência atualizado, ou, na falta deste, declaração de domicílio firmada por duas testemunhas com Registro em Cartório;
- Declaração informando a especialidade do serviço ao qual está se candidatando (MODELO ANEXO XI);
- Declaração de que desempenha atividade comercial à margem da BR 316, dentro da área não edificável (preferencialmente que este esteja localizado o quato mais próximo da praça Cicero Santos) (MODELO ANEXO X).

10.1.2. GRUPO FORMAL:

**Prefeitura Municipal de Altos/PI
Documentos para Habilitação – GRUPO FORMAL
Chamada Pública Nº. 001/2023.**

10.1.2.1. Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo em vigor, conforme o tipo societário:

i) Empresa Individual: Registro Comercial;

6



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

10.1.3 Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor da Sede da proponente Licitante, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação da documentação, exceto se houver Prazo de validade fixada na respectiva certidão.

10.1.4. Declarações:

a) Declaração de regularidade trabalhista e idoneidade com a Prefeitura de Altos/PI, nos termos do modelo em anexo;

b) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, conforme modelo anexo, ou a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, com data de no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação em sessão, exceto se houver Prazo de validade fixada na respectiva certidão;

c) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, conforme modelo anexo do Edital;

d) Declaração de não parentesco, conforme modelo anexo;

e) Declaração de não servidor público no quadro de empregados, conforme modelo anexo;

f) Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, conforme modelo anexo;

g) Declaração de que desempenha atividade comercial à margem da BR 316, dentro da área não edificável (preferencialmente que este esteja localizado o quato mais próximo da praça Cicero Santos) (MODELO ANEXO X).

10.2. Os documentos pertinentes à habilitação e declarações poderão ser apresentados na via original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente, servidor da Administração ou por publicação em órgão de imprensa oficial.

10.2.1. Na hipótese de o interessado pretender servir-se da autenticação por servidor do Município, deverá oferecer a original e a cópia.

10.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, de acordo com a previsão contida no art. 43, da Lei Complementar n.º 123/2006.

10.4. O tratamento privilegiado e diferenciado que a LC nº. 123/06 concede

8

(Continua na página seguinte)



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
 CNPJ: 06.554.794/0001-11

às microempresas não alcança a habilitação jurídica, a qualificação econômico-financeira e demais declarações.

10.5. A ME ou EPP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à ME ou à EPP o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para fins de regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Proponente for declarada vencedora do certame, conforme previsto no art. 43, § 1º, da LC nº. 123/2006 e alterações.

10.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará decadência do direito à homologação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as Proponentes credenciadas remanescentes, ou revogar o Chamamento Público.

10.8. Todos os documentos exigidos deverão estar dentro de seus prazos de validade, sob pena de inabilitação do licitante se assim não estiverem. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária em lei.

11. DA INTENÇÃO DE CREDENCIAMENTO:

11.1. A Intenção de credenciamento – Envelope nº 01 deverá ser elaborada de acordo com as exigências mínimas descritas a seguir:

a) Datilografada, digitada ou impressa em uma única via, preferencialmente em papel timbrado da proponente Licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, que possam comprometer a interpretação da proposta;

b) Datada e assinada pela proponente Licitante, ou seu Representante legal;

c) Fazer menção ao número deste certame e conter a razão social, número de inscrição no CNPJ/MF e da Inscrição Estadual, número do Lote a que concorre, além do endereço completo, telefone e correio eletrônico (e-mail);

d) Declaração de cumprimento dos compromissos assumidos se vencedora do certame, observando as exigências estabelecidas no Edital e as condições em que se encontram o imóvel objeto do presente procedimento licitatório, sob pena de reversão do bem ao Município, bem como da

9



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
 CNPJ: 06.554.794/0001-11

veracidade das informações indicadas, sob pena de sofrer as sanções administrativas;

e) Conter a descrição do objeto;

f) Fixar Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, sendo que a não especificação far-se-á presumir que esta é válida por igual período;

11.2. Será desclassificada a proposta que:

a) Seja apresentada em desconformidade com o estabelecido no Edital, em especial ao previsto no subitem anterior;

11.3. As Intenções de Credenciamento que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital, mas possuírem erros de forma ou inconsistências, será destinado os seguintes tratamentos:

11.3.1. Com exceção das alterações feitas pela Comissão Especial de Licitação, necessárias para corrigir erros cometidos pelas proponentes, não serão aceitas Intenções de Credenciamento contendo borrões, emendas ou rasuras.

11.3.2. A proposta apresentada será de exclusiva e total responsabilidade do interessado; não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

12. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES DO EDITAL:

12.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação a esta licitação, desde que o façam em tempo hábil para apreciação dos responsáveis e, no caso de impugnações, dentro dos prazos e condições estabelecidas pelo artigo 41 da Lei n.º 8.666/93.

13. DO JULGAMENTO:

13.1. A presente licitação será julgada pelo critério de **preferência mencionado no item 8.5.**

13.2. À Comissão de Licitação é facultado propor, mediante parecer fundamentado, a desclassificação de uma ou mais Intenções de Credenciamento quando ocorrer fato(s) superveniente(s) que justifique(m) tal medida.

10



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
 CNPJ: 06.554.794/0001-11

13.3. Caso a sessão seja suspensa por motivo de análise das Intenções de Credenciamento ou recursos, a classificação das Intenções de Credenciamento será comunicada diretamente às proponentes Licitante através dos meios usuais de comunicação.

13.4. Será considerada credenciada no Chamamento Público a empresa que tiver apresentado todos os documentos pertinentes ao presente certame para a Permissão.

13.5. A Administração reserva-se no direito de pedir novos detalhes em consequência das Intenções de Credenciamento apresentadas.

14. DOS PROCEDIMENTOS DO CERTAME:

14.1. No dia, local e hora designados neste Edital, na presença das proponentes Licitantes ou seus Representantes, a Comissão Especial de Licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes "Habilitação" e "Intenção de credenciamento", os quais serão rubricados pelos membros nomeados e demais presentes.

14.2. Na sequência, serão abertos os Envelopes nº. 01 – Habilitação, contendo a documentação pertinente à habilitação e intenção de credenciamento das proponentes, procedida a sua apreciação.

14.3. Será oportunizado às proponentes Licitantes o exame destes documentos, podendo qualquer um deles solicitar o registro de observação que entender conveniente, desde que o faça no momento próprio, anunciado pelo presidente da Comissão, sendo intempestivas quaisquer reclamações anteriores ou posteriores.

14.4. Tais Impugnações ou reclamações serão devidamente registradas em Ata, reservando-se porém à Comissão de Licitações o direito de levá-las em consideração ou não.

14.5. Considerar-se-ão inabilitadas as proponentes Licitantes que não apresentarem os documentos elencados no item 10 deste Edital.

14.6. Se por algum motivo, devidamente justificado em Ata, a sessão for suspensa, aos participantes habilitados será assegurado o direito de apresentar a documentação atualizada para a regularização na próxima sessão, se necessidade houver.

14.7. Verificar-se-á a conformidade de cada proposta com os requisitos do presente Edital, promovendo-se a desclassificação das Intenções de Credenciamento desconformes ou incompatíveis.

14.8. Na impossibilidade de se realizar o julgamento na data marcada para a sessão de abertura, a mesma será suspensa, designando-se o dia para se dar continuidade ao certame.

11



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
 CNPJ: 06.554.794/0001-11

14.9. Caso todas as proponentes sejam inabilitadas ou todas as Intenções de Credenciamento sejam desclassificadas, a Autoridade competente poderá conceder prazo para que as licitantes apresentem nova documentação ou novas Intenções de Credenciamento escoimadas dos vícios apontados, conforme disposto no §3º, do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

14.10. Será lavrada ata circunstanciada da reunião de abertura dos envelopes, que registrará as reclamações, observações e demais ocorrências, assinada pela Comissão Especial de Licitação e pelas proponentes presentes.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

15.1. Quando cabíveis, na forma da lei, as proponentes Licitantes poderão interpor recursos das decisões proferidas pela Comissão Especial de Licitação, sendo conhecidos somente aqueles apresentados tempestivamente e em conformidade com as disposições do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93.

15.2. Os recursos deverão ser protocolizados no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Altos-PI, dirigido à Comissão Especial de Licitação, ou ainda encaminhados via correio eletrônico, no endereço cpialtospi2021@gmail.com, sendo recebidos e processados com estrita observância dos procedimentos ditados pelo Estatuto das Licitações, em todas as suas fases e instâncias.

15.3. Interposto o recurso, a Administração comunicará formalmente às demais proponentes Licitantes, as quais poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.

15.5. Na contagem dos prazos recursais, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, sendo que os prazos somente se iniciam e expiram em dias de expediente no órgão ou entidade.

16. DA HOMOLOGAÇÃO:

16.1. A presente licitação será homologada e definidos os credenciados que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital e seus Anexos, classificar-se em primeiro lugar, de acordo com o critério de julgamento estabelecido neste Edital.

12

(Continua na página seguinte)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

17. DA CONTRATAÇÃO:

17.1. As obrigações decorrentes desta licitação, que serão firmadas entre o Município de Altos e os credenciados, serão formalizadas através de competente Contrato de Permissão, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, aquelas contidas na legislação vigente, bem como na proposta da Licitante vencedora.

17.2. O licitante vencedor terá o Prazo de 05 (cinco) dias para comparecer na sede administrativa do Município de Altos/PI., para assinar o contrato, após convocação; caso assim desejar, o instrumento contratual poderá ser encaminhado eletronicamente, impondo-se o prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento, para devolvê-lo assinado.

17.3. O descumprimento do prazo estabelecido para qualquer uma das situações descritas acima, poderá decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.4. O prazo estipulado no item 17.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela proponente vencedora, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Permitente.

17.5. Se a convocada não comparecer para assinar o Contrato, no prazo e condições estabelecidas neste Edital, o Município de Altos/PI poderá convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

18. DOS PAGAMENTOS, DOS REAJUSTES E DA FISCALIZAÇÃO:

18.1. Pela Permissão de Direito Real de Uso, o Permissionário estará isento de qualquer tipo de provento ao Permitente.

18.2. O cumprimento das condições impostas à empresa Permissionária será constantemente fiscalizado pela Administração Pública, sem necessidade de prévio aviso, e a constatação de inadimplemento dará ao Município o direito de proceder à imediata reversão do bem ao patrimônio público, por mero ato administrativo expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

18.3. A fiscalização poderá ser realizada pela Administração Pública espontaneamente, a qualquer momento, facultando-se a possibilidade de exigência de documentação entendida como necessária, sendo obrigatória a comprovação, pelas empresas Permissionárias, do cumprimento das condições que lhe foram impostas como contrapartida.

18.4. Em havendo qualquer dúvida ou falta de comprovação adequada quanto ao cumprimento das condições impostas, ou identificando-se o

13



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

descumprimento das condições por parte da empresa Permissionária, a mesma será notificada para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, esclareça a dúvida, melhor comprove o adimplemento ou apresente defesa, providenciando-se a imediata reversão do bem ao patrimônio público, se for o caso.

19. DAS PENALIDADES:

19.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Permissionária as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 2% (dois por cento), por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do salário mínimo, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

c) rescisão contratual;

d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos; e

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após o licitante ressarcir a Administração por eventuais prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

19.2. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Permitente, a Permissionária ficará isenta das penalidades mencionadas.

19.3. Sem prejuízo de outras irregularidades verificadas na execução do contrato, deverão ser revertidos de pleno direito ao Poder Público Municipal os imóveis concedidos, por ocasião da ocorrência de qualquer dos fatos declinados no item 19.1 deste Edital.

20. DO FORO:

20.1. Fica eleito desde já, o Foro da Comarca de Altos/PI para dirimir quaisquer dúvidas e/ou, apreciar quaisquer ações que porventura sejam propostas, e digam respeito ao presente certame licitatório.

14



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. É admitida a participação ativa de apenas um Representante especificamente designado, de cada proponente, nas reuniões da presente licitação.

21.2. A Comissão Especial de Licitação poderá solicitar, a seu critério, esclarecimentos e informações complementares, ou efetuar diligências, caso julgue necessário, sendo vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente das Intenções de Credenciamento.

21.3. O Município de Altos/PI reserva-se no direito de anular ou revogar, total ou parcialmente, o presente Chamamento Público, de acordo com o instituído no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

21.4. Em regra, não serão aceitos documentos ou Intenções de Credenciamento enviadas por telex e/ou fac-símile, salvo se referente ao termo de recebimento do Edital, às renúncias ao direito de recursos e à nova proposta apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e neste Edital.

21.5. Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelas proponentes presentes, com registro detalhado de todas as ocorrências.

21.6. Fazem parte integrante deste Edital:

- Anexo I – Declaração de Regularidade Trabalhista e idoneidade;
- Anexo II – Termo de Credenciamento;
- Anexo III – Declaração de ME ou EPP;
- Anexo IV – Modelo de Intenção de Credenciamento;
- Anexo V – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- Anexo VI – Declaração de não parentesco;
- Anexo VII – Declaração de não servidor público no quadro de empregados da empresa;
- Anexo VIII – Declaração de não emprego de menor em trabalho noturno, insalubre ou perigoso;
- Anexo IX – Atestado de visita técnica;
- Anexo X – Declaração que desempenha atividade com margem da Br-316;
- Anexo XI - Minuta do Contrato;
- Anexo XII – Declaração de Serviços;

15



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

- Anexo XIII – Plantas e Projetos.

21.7. Fica a Licitante ciente de que a apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições deste Edital e seus anexos, não se admitindo a alegação de desconhecimento dos termos do Edital ou das disposições legais que regem a matéria, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

21.8. A simples apresentação da proposta corresponde também à indicação por parte da Licitante de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão Especial de Licitação do disposto no artigo 97 da Lei Federal n.º 8.666/93.

21.9. As proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas Intenções de Credenciamento, não assumindo o Município de Altos/PI a responsabilidade por quaisquer despesas, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.10. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer fase da licitação.

21.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se apenas os dias de expediente regular na Prefeitura de Altos/PI.

21.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste certame.

21.13. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

21.14. Esclarecimentos sobre o conteúdo deste Edital poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Altos/PI., no endereço e horário declinados anteriormente.

Altos-PI, 22 de agosto de 2023.

MAXWELL PIRES FERREIRA
Prefeito Municipal

16

(Continua na página seguinte)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

DOWGLAS DE SOUSA BORGES
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA E IDONEIDADE

AO MUNICÍPIO DE ALTOS/PI
À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
PROponente:
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º/2023

DECLARAÇÃO

A Empresa..... (nome da empresa) com sede na (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., através de seu Representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penalidades da lei, que:

I – Os dirigentes, sócios e gerentes da empresa não mantêm vínculo empregatício com o Município de Altos, Estado do Piauí;

II – Não existem motivos impeditivos para contratar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas.

Por ser a fiel expressão da verdade, firmamos o Presente.

..... (local), de de

(assinatura do Representante legal) CARIMBO DA EMPRESA

17



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

AO MUNICÍPIO DE ALTOS/PI
À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
REQUERENTE
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º...../2023

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A (nome da empresa), com sede na (endereço), inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., através de seu Representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do referido artigo.

..... (local), de de

(carimbo, nome, CPF e assinatura do responsável

legal)

19



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

ANEXO II
CARTA DE CREDENCIAMENTO

AO MUNICÍPIO DE ALTOS/PI
À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
PROponente:
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º/2023

CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

Através do Presente, credenciamos o(a) Sr.(a)..... portador da Cédula de Identidade nº..... SSP/..... inscrito(a) no CPF/MF sob o nº..... para participar da Licitação instaurada pelo Município de Altos, Estado do Piauí, na Modalidade CHAMAMENTO PÚBLICO N.º...../2023, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe, dentre outros poderes necessários para alcançar o objetivo almejado, o de renunciar ao direito de interposição de Recursos.

....., em de de

Diretor ou Representante Legal
(com firma reconhecida)

18



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

ANEXO IV
MODELO DE INTENÇÃO DE CREDENCIAMENTO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE:

Razão Social:
CNPJ/MF n.º:
Endereço:
Bairro:
CEP:
Telefone/E-mail:
Representante Legal/ Procurador:

Em atendimento ao Edital da Chamamento Público n.º...../2023, apresento nossa intenção de Credenciamento para Permissão de Direito Real de Uso Gratuita para exploração comercial de espaço físico localizado na Praça Cícero Santos (Praça da Estação Rodoviária) do Município de Altos/PI, conforme especificações e exigências descritas no Edital e seus anexos, nas condições estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993, suas alterações, na Lei Orgânica Municipal n.º..... e demais documentos que fazem parte integrante do Edital, referente ao Lote nº..... adiante descrito, mediante a oferta do seguinte Preço:

LOTE Nº	IDENTIFICAÇÃO	ATIVIDADE	TAMANHO
	O		

a) Pelo Presente, assumem-se os compromissos uma vez declarada credenciada através do certame, conforme as condições estabelecidas no Edital e das condições em que se encontram a(s) sala(s) que será concedida, sob pena de reversão do imóvel para o Município, assim como pela veracidade das informações indicadas, sob pena de sofrer as sanções administrativas.

b) Fica designado para a assinatura do Contrato o(a) Sr(a)..... CPF n.º....., RG n.º....., nacionalidade....., estado civil....., profissão....., endereço.....

c) Endereço Eletrônico:-..... de de 2023.

Diretor ou Representante legal – identidade
Nome legível/Carimbo da empresa

Observação: se o indicado para assinatura do contrato não for o Representante legal, deverá ser anexo a Procuração que confira poderes para tal.

20

(Continua na página seguinte)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

**ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

AO MUNICÍPIO DE ALTOS/PI
À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
REQUERENTE
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º...../2023

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
IMPEDITIVO DA
HABILITAÇÃO**

A Empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº sediada na (endereço completo), declara, através do Representante legal abaixo assinado e sob as penalidades da lei, que até a Presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Presente Processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data: _____

Nome Completo do Representante Legal/Procurador
Número dos documentos de identidade e CPF
(Carimbo da empresa)

21



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

**ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE NÃO SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO DE
EMPREGADOS DA EMPRESA**

AO MUNICÍPIO DE ALTOS/PI
À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
REQUERENTE
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º...../2023

DECLARAÇÃO

A Empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº sediada na (endereço completo), declara, através do Representante legal abaixo assinado e sob as penalidades da lei, para os fins requeridos no inciso III, do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da permitente exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal.

Local, ___ de ___ de 2023.

Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

23



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

**ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO**

AO MUNICÍPIO DE ALTOS/PI
À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
REQUERENTE
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º...../2023

A Empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº sediada na (endereço completo), declara, através do Representante legal abaixo assinado e sob as penalidades da lei, para os fins do disposto na Súmula Vinculante nº 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Acórdão nº 2745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Prejudgado nº 09 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí que:

a) NÃO POSSUI cônjuge, companheiro ou parentes que mantenham contratos de qualquer natureza ou que sejam sócios de empresas que mantenham contratos de qualquer natureza, com o Poder Executivo Municipal;

b) NÃO POSSUI cônjuge, companheiro ou parentes que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função gratificada na Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal, que atuem na área responsável pela demanda ou contrato, ou a autoridade a ele hierarquicamente superior.

Ainda, está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Local, ___ de ___ de 2023.

Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

22



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

**ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CF/88**

AO MUNICÍPIO DE ALTOS/PI
À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
REQUERENTE
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º...../2023

DECLARAÇÃO

A Empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº sediada na (endereço completo), declara, para os fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Local, ___ de ___ de 2023.

Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

24

(Continua na página seguinte)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

**ANEXO IX
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

AO MUNICÍPIO DE ALTOS/PI
À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
REQUERENTE
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º...../2023

A Empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº sediada na(endereço completo), atesta para fins de participação no Processo de Chamamento Público nº .../2023 – PMA, que visitou as instalações determinadas pela Prefeitura Municipal de Altos/PI, onde tomou conhecimento das informações referentes às dependências e infraestruturas necessárias para o desempenho das atividades comerciais, objeto da Presente Licitação.

Local, ___ de ___ de 2023.

Nome do Responsável Legal

OBS. A realização do atestado de visita é facultativo, porém de suma importância para conhecimento do local e condições do imóvel.

25



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

**ANEXO XI
MINUTA DE CONTRATO DE ADESAO Nº..... / 2023**

CONTRATO DE PERMISSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL GRATUITA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTOS, ESTADO DO PIAUÍ, E

**A
EMPRESA/PESSOA
FÍSICA.....**

O MUNICÍPIO DE ALTOS, Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público interno, com sua sede administrativa no Centro Administrativo, localizado no Bairro São Sebastião, Av. Nossa Senhora de Fatima, CEP nº 64.290-000, Município de Altos/PI, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.554.794/0001-11, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **MAXWELL PIRES FERREIRA**, brasileiro, casado, empresário, agente político portador da Cédula de Identidade/RG nº inscrito no CPF/MF sob o nº, doravante denominado **PERMITENTE**; e a Empresa, estabelecida na Rua, nº – CEP na cidade de, Estado de, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada pelo Sr.(a) (nome, função e qualificação), doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores atualizações, firmam o Presente instrumento, conforme especificações do Edital da Chamamento Público n.º/2023, sujeitando-se às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL: O Presente contrato é celebrado com fundamento no procedimento de Chamamento Público nº .../2023 – PMA., homologado pelo Decreto nº, datada de/2023, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normativos legais aplicáveis ao caso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO VALOR DA PERMISSÃO: O do Presente contrato consiste na Permissão de Direito Real de Uso Gratuita, para exploração comercial, do espaço físico representado pelo Lote nº, Box Comercial nº, localizado na Praça Cícero Santos da Estação Rodoviária de Passageiros do Município de Altos/PI., conforme especificações e exigências descritas no Edital de Chamamento Público nº .../2023 e seus anexos, mediante a observância das condições estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, na Lei Municipal nº. 4.516, de 24 de Fevereiro de 2023, demais documentos que fazem parte integrante do instrumento editalício e da Proposta de Preço apresentada pela **PERMISSIONÁRIA**.

27



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

**ANEXO X
DECLARAÇÃO DE QUE DESEMPENHA ATIVIDADE COMERCIAL À MARGEM DA BR-316**

AO MUNICÍPIO DE ALTOS/PI
À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
REQUERENTE
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º...../2023

A Empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº sediada na(endereço completo), atesta para fins de direito de preferência no Processo de Chamamento Público nº .../2023 – PMA, que exerce atividade comercial à margem da BR 316, dentro da área não edificável (preferencialmente que este esteja localizado o quato mais próximo da praça Cícero Santos).

Local, ___ de ___ de 2023.

Nome do Responsável Legal

OBS. A declaração deverá estar acompanhada de comprovação.

26



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

Parágrafo único: Do cumprimento do objeto.

a) Somente poderão ser exercidas no local as atividades autorizadas pela legislação municipal a respeito, descritas no Regimento Interno previsto pela Lei Complementar Municipal nº. 494, de 24 de Fevereiro de 2023, constante do Anexo IX ao Presente instrumento editalício, de acordo ainda com as demais condições estabelecidas neste Edital, na Lei Federal nº. 8.666/93, da Lei e demais normas legais aplicáveis.

b) Não será admitido o exercício de atividades comerciais consideradas inconvenientes, sendo vedada, dentro de seus espaços, a comercialização de:

b.1 - Produtos combustíveis, tóxicos, corrosivos, explosivos ou inflamáveis, para venda ou consumo Próprio;

b.2 - Produtos que venham a Provocar poluição ambiental, causada por odor, sujeira ou por qualquer outra forma indireta;

b.3 - Gêneros alimentícios perecíveis, de consumo não imediato, a não ser quando necessários ao desempenho das atividades e desde que existam instalações e equipamentos adequados à sua conservação;

c) As áreas concedidas não possuem nenhum outro equipamento instalado, à exceção de aparelhos/equipamentos que servem para o mínimo funcionamento do estabelecimento, devendo as Proponentes Licitantes declaradas vencedoras dos Lotes, às suas custas, Providenciar as demais instalações e mobílias necessárias para o funcionamento dos estabelecimentos.

c.1 - As mobílias, eletrodomésticos, equipamentos, aparelhagem e demais itens que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento do estabelecimento comercial deverão ser novos ou semi novos. Nos casos dos semi novos, os mesmos deverão ser aprovados por comissão especialmente designada pelo executivo municipal.

d) Caberá à Permissionária manter o estabelecimento e a área circunvizinha com boa aparência e conservação.

e) Eventuais alterações do espaço destinado à exploração dos serviços, somente serão permitidas mediante a anuência escrita do Poder Executivo, após a apresentação do respectivo Projeto.

f) Caberá à Permissionária manter a limpeza geral, assim como também manter a limpeza interna e externa do estabelecimento, realizando coleta diária dos resíduos dos Produtos comercializados, os quais deverão ser descartados em local apropriado para tanto.

28

(Continua na página seguinte)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

g) Caberá à Permissionária não permitir a amostragem, junto ao estabelecimento, de qualquer objeto inadequado e considerado de mau aspecto, tais como caixas, recipientes, engradados, cestos de lixo fora do padrão, Produtos não autorizados à sua comercialização e outros materiais que, a critério da fiscalização, comprometa a boa estética e a aparência visual.

h) Caberá à Permissionária a disponibilização de lixeiras nas proximidades do estabelecimento.

i) Caberá à Permissionária Proceder a ligação de energia elétrica e água em seu nome, ficando a seu cargo o pagamento de taxas de ligação e tarifas mensais de consumo.

j) A Permissionária não poderá sublocar ou transferir a terceiros o objeto da Presente Permissão sem anuência expressa do Poder Permitente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE PERMISSÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATO: A Permissão de Direito Real de Uso Gratuita, das áreas indicadas, ocorrerá pelo Prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato administrativo, podendo ser Prorrogado nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS E DOS REAJUSTES: Pela P de Direito Real de Uso, a **PERMISSIONÁRIA** estará isenta do pagamento de quaisquer proventos.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO D PERMISSÃO: Quaisquer atos ou ações Praticados por empregados, prepostos ou contratados da **PERMISSIONÁRIA**, que resultarem em dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de sua exclusiva responsabilidade.

Parágrafo Primeiro – São de responsabilidade da **PERMISSIONÁRIA**, eventual demanda judicial de qualquer natureza, ajuizada contra si, relacionada ao Presente Edital e/ou à execução do contrato.

Parágrafo Segundo – O contrato poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo Terceiro – A **PERMISSIONÁRIA** deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Permitente qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA:
São obrigações da Permissionária:

29



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

Identidade/RG nº....., inscrito no CPF/MF sob o nº..... aos quais competirá acompanhar, controlar, monitorar e avaliar a execução contratual, bem como dirimir as dúvidas que surgirem no seu curso, designado nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – O cumprimento das condições impostas à empresa **PERMISSIONÁRIA** será constantemente fiscalizado pela Administração Pública, sem necessidade de prévio aviso, e a constatação de inadimplemento dará ao Município o direito de Proceder à imediata reversão do bem ao patrimônio público, por mero ato administrativo expedido pelo chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Segundo – A fiscalização também poderá exigir da empresa a apresentação de documentação que entender necessária, referente ao cumprimento das condições que lhe foram impostas.

Parágrafo Terceiro – Havendo qualquer dúvida ou falta de comprovação adequada quanto ao cumprimento das condições ora impostas, a **PERMISSIONÁRIA** será notificada para que, no Prazo de 60 (sessenta) dias, esclareça a dúvida, melhor comprove o adimplemento ou apresente defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, conforme o Prazo estabelecido na notificação, a inexecução total ou parcial do contrato e ou o descumprimento das normas contratuais ou editalícias, sujeitará a aplicação, isolada ou conjuntamente, das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por Prazo de até 02 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja PRomovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro – A posterior verificação, pelo Município, de que não foram atendidas as exigências do Edital, caracterizará inexecução total do contrato, sujeitando o infrator ao pagamento de multa equivalente a 15% (quinze por cento) do valor do salário mínimo vigente, sem prejuízo da imediata rescisão contratual e da reversão do bem ao Município, possibilitando, ainda, a convocação dos demais Proponentes licitantes.

Parágrafo Segundo – Os motivos a seguir, entre outros, sujeitam a Permissionária às penalidades tratadas anteriormente, a saber:

- a) Recusa injustificada em disponibilizar o objeto licitado;

31



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

a) Destinar o Lote nº....., objeto da Permissão de Direito Real de Uso, representado pelo Box comercial nº....., para as finalidades previstas pelos itens 4.1, e 4.2. do Edital de Chamamento Público nº .../2023, sob pena de rescisão administrativa do contrato firmado;

b) Realizar todas as obras e serviços de limpeza, manutenção e conservação internas, conforme estabelecido no Edital;

c) Manter nas mesmas condições em que recebeu os espaços licitados, podendo o Poder Permitente exigir da Permissionária, obras de conservação e Pinturas internas, através de vistorias realizadas pelo Fiscal nomeado em Contrato;

d) Explorar o referido estabelecimento dentro das normas regimentais, sanitárias e fiscais em vigor;

e) Arcar com todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel concedido, assim entendidos os tributos, taxas, contribuições e licenças incidentes sobre o referido imóvel;

f) Entregar, por qualquer motivo que seja, o bem imóvel nas mesmas condições em que o recebeu do Permitente, ou seja, devidamente pintado, limpo e instalações elétricas em perfeito estado;

g) Cumprir as determinações da fiscalização do Município, bem como atender com toda a diplomacia e generosidade as normas estabelecidas, inclusive com relação as demandas da clientela;

h) Prestar bom atendimento aos consumidores, cobrando pelos Produtos Preço módicos ou Praticados no mercado;

i) Providenciar, semPRE que solicitado, no Prazo de 10 (dez) dias, Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo INSS e o Certificado Regularização do FGTS – CRF, sob pena de Rescisão do Contrato, caso estiver constatada a existência de débitos;

j) Efetuar o pagamento das tarifas públicas e alvarás necessários ao funcionamento do estabelecimento, bem como os impostos e taxas inerentes ao comércio;

l) Comunicar por escrito ao Município, toda e qualquer anormalidade relacionada à permissão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO: A e a fiscalização do Presente contrato será exercida, respectivamente, pelo Sr/Srª....., portador da Cédula de Identidade/RG nº....., inscrito no CPF/MF sob o nº....., e pelo Sr/Srª....., portador da Cédula de

30



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

b) Atraso no início da execução do contrato em relação ao Prazo proposto e aceito;

c) Não utilização em conformidade com a sua finalidade;

d) Falência ou extinção da personalidade jurídica da **PERMISSIONÁRIA**;

Parágrafo Terceiro – Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito, a **PERMISSIONÁRIA** ficará isenta das penalidades mencionadas.

CLÁUSULA NONA – QUARTA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: Caberá recurso à autoridade superior àquela que opinou pela sanção, ficando a mesma sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - O procedimento administrativo para a imposição de penalidade observará o disposto abaixo:

a) Apresentada denúncia pelo Fiscal do contrato, a autoridade superior instaurará Processo administrativo punitivo, podendo este seguir nos mesmos autos do respectivo Processo licitatório, bem como nomear a Comissão responsável pela instrução e julgamento do procedimento, dando-se ciência à **PERMISSIONÁRIA**, mediante ofício, do inteiro teor da denúncia e das possíveis PRovas anexas à mesma, abrindo-lhe Prazo para, querendo, aPResentar defesa e contraditório;

b) A **PERMISSIONÁRIA** terá o Prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência, ou da juntada aos autos do Aviso de Recebimento para, se quiser, apresentar defesa, arrolar provas documentais ou testemunhais;

c) Apresentada a defesa dentro do Prazo estabelecido, caberá a Comissão responsável pelo Processo administrativo punitivo, analisar os argumentos, as provas porventura arroladas, bem como ouvir as testemunhas citadas, podendo solicitar a oitiva do fiscal ou das demais pessoas que julgar necessárias, em data a ser previamente fixada pela Comissão, devendo ser a **PERMISSIONÁRIA** avisada da respectiva data com antecedência mínima de 72 horas;

d) Caso sejam ouvidas testemunhas, ou caso o **PERMITENTE** anexe provas diversas das arroladas na denúncia, a Comissão responsável pelo Processo administrativo punitivo deverá abrir à Permissionária o Prazo de 05 (cinco) dias úteis para vista dos autos e apresentação de alegações finais;

e) Apresentadas ou não as alegações finais, a Comissão emitirá parecer dentro do Prazo de 10 (dez) dias úteis, opinando pela aplicação ou não de

32

(Continua na página seguinte)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

penalidade, o qual deve ser devidamente motivado;

f) A parte deverá ser intimada do inteiro teor do parecer referido no inciso anterior e, querendo, poderá interpor recurso hierárquico contra o parecer emitido pela Comissão, dentro do Prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da juntada aos autos da comPROvação da ciência pela **PERMISSIONÁRIA**;

g) Caso não seja interposto recurso, caberá à autoridade superior a ratificação do parecer emitido pela Comissão responsável pelo Processo administrativo punitivo, e a tomada das demais medidas legais cabíveis, nos termos do artigo 109 do Estatuto das Licitações; em sendo apresentado o recurso, caberá a autoridade superior decidir no Prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

Parágrafo Segundo – Na contagem dos Prazos recursais, fica excluído o dia de início e incluído o do vencimento, somente iniciando-se ou vencendo em dias de expediente regular.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO: A **PERMISSIONÁRIA** reconhece o direitos do **PERMITENTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 e seguintes, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – O **PERMITENTE** reserva-se no direito de rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos de falência ou dissolução da empresa Permissionária.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo o descumprimento de qualquer cláusula deste contrato e dos demais termos que o integram, sua rescisão será automática, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O Presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, pela legislação aplicável e pelos PReceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os PRincípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito PRivado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TOLERÂNCIA: Se qualquer das partes oracontratantes, em benefício da outra, permitir ainda que por omissões, a inobservância no todo ou em parte de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou PRejudicar esses mesmos itens e requisitos, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e dos PRincípios gerais de

33



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

Altos/PI,de.....de 2023.

MAXWELL PIRES FERREIRA
Prefeito
Permitente

XX
Representante Legal
Permissionária

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS

Eu, _____, CNPJ / CPF nº: _____, para fins de participação na Chamada Pública nº _____, declaro que estou cadastrando-me para realizar o(s) serviço(s) de _____, sendo este (s) a ser (rem) executado(s) no (s) quiosques (s) que me for cedido, caso seja habilitado no citado certame.

Altos/PI, ____ de _____ de 2023.

REPRESENTANTE LEGAL
Assinatura Legível
RG; CPF

35



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de PPrevenção à corrupção PRevistas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de ImPRobidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comPRometem que para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comPRometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comPRometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta PRópria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam PRática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do Presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INDICAÇÃO DE GESTOR (ES): De acordo com os requisitos exigidos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 03/2009 de 22 de junho de 2009 da Divisão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Altos-PR, indica-se como **GESTOR DE CONTRATO** o Sr. _____ inscrito no CPF sob nº _____, do Município de Altos/PI e como **FISCAL DE CONTRATO** o Sr. _____ inscrito no CPF sob nº _____, do Município de Altos/PI.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS: Fica a Permissionária ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro – São partes integrantes deste contrato a Proposta apresentada pela Permissionária e o Edital de Chamamento Público nº _____/2023 – PMA e seus Anexos, que lhe PRecedeu.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO: As partes elegem o foro da Comarca de Altos/PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou apreciar quaisquer ações que porventura sejam Propostas e relativas à execução e ao cumprimento deste Contrato.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este Instrumento em 03 (três) vias de igual teor, valor e forma, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, na PResença de 02 (duas) testemunhas, para que Produza seus jurídicos e legais efeitos.

34



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
CNPJ: 06.554.794/0001-11

ANEXO XIII

PLANTAS E PROJETOS

(ANEXO)

36

(Continua na página seguinte)

